

Emprego e
renda
no Brasil
- algumas considerações

Maria Cristina Cacciamali de Souza
e Milton Barbosa, do Centro
Nacional de Recursos Humanos do IPLAN

A estrutura de emprego no Brasil modificou-se radicalmente nos últimos vinte anos. O processo de urbanização concorreu de maneira decisiva para acirrar as contradições sobre o processo de mobilidade social, neste período, no qual a agricultura liberou 15,7% de sua população economicamente ativa, ^osetor secundário, apesar do crescente processo de industrialização, absorveu apenas 4,1% deste total, sendo a maior parte absorvida, portanto, pelo setor terciário.

A composição da força de trabalho por faixa etária sofreu alterações: diminuiu a participação dos muito jovens e dos mais velhos, sendo que o retardamento da entrada dos jovens na força de trabalho permite-lhes obter melhor preparo profissional. Ressalte-se também que o sistema educacional formal, aliado às entidades de treinamento (PIPMO, SENAI, CENAFOR etc) expandiu-se notavelmente, proporcionando melhoria da qualificação dos trabalhadores, qualitativa e quantitativamente.

Este trabalho aborda, sucintamente, alguns aspectos da participação setorial da população economicamente ativa e criação de novos empregos, do binômio desemprego — subemprego, da estrutura e mobilidade ocupacionais no país.

1. PARTICIPAÇÃO SETORIAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E CRIAÇÃO DE NOVOS EMPREGOS

Tem sido habitual que, num processo de crescimento econômico, o setor agrícola perca participação em termos da absorção de mão-de-obra e do produto gerado; o Brasil nas últimas décadas não fugiu a esse comportamento: notou-se sensível diminuição, especialmente no período 1960 - 1970, da participação do setor primário na absorção da população economicamente ativa, enquanto os outros dois setores apresentaram aumento em sua participação (tabela I). Aspecto interessante é que nos anos 50, apesar de iniciar-se no fim da década intenso período de industrialização, o setor secundário sofreu ligeira queda na porcentagem de absorção de mão-de-obra.

TABELA I

PARTICIPAÇÃO DA PEA E DO PRODUTO POR SETORES

1950-1960-1970

ANOS	1950		1960		1970	
	PEA	RI	PEA	RI	PEA	RI
Primário	59,9	26,66	53,7	22,63	44,3	14,63
Secundário	13,7	23,49	13,1	25,15	17,8	32,73
Terciário	26,4	49,85	33,2	52,22	37,9	52,64

FONTE: FIBGE — Censo 1970, FGV - Contas Nacionais/Renda Interna.

OBS. : RI = renda interna

PEA = população economicamente ativa.

Como o crescimento do produto real do setor secundário foi quase o dobro da expansão da agricultura, supõe-se que a pequena absor

ção relativa de mão-de-obra deveu-se à opção por tecnologias intensivas de capital, adotadas no país desde o início do boom da industrialização.

Estimativas recentes quanto à distribuição de novos empregos (1969-1973) indicam que o setor primário ainda apresenta oferta de novos empregos superior à dos demais (tabela II), corroborando esta evidência a afirmativa de que o setor secundário, apesar das elevadas taxas de crescimento de produto, tem se mostrado tímido relativamente a oferta de novos empregos.

TABELA II
DISTRIBUIÇÃO DE NOVOS EMPREGOS
(1969-1973)

SETOR	EMPREGOS NOVOS PARTICIPAÇÃO %	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO NÍVEL DO EMPREGO
Primário	40,87	4,3
Secundário	26,89	6,1
Terciário	32,24	3,6
TOTAL	100,00	4,5

FONTE: PNAD.

2. DESEMPREGO E SUBEMPREGO

A criação de emprego no Brasil, no período 1969-1973, tem evoluído a uma taxa anual de 4,5%, o que significa cerca de um milhão e trezentos mil novos empregos por ano. Apesar disto, o problema aqui envolvido consiste em uma taxa de desemprego aberto relativamente bai

xa (2,6 a.a) persistindo como problema crônico, típico de países pouco desenvolvidos, o subemprego. Os dados sobre desemprego aberto, para o último trimestre de 1973, mostraram que os recém chegados ao mercado de trabalho apresentam os maiores índices (tabela III).

TABELA III

TAXA DE DESOCUPAÇÃO POR IDADE

FAIXA ETARIA	%
10-14	3,4
15-19	5,6
20-24	4,1
25-29	2,1
30-39	1,4
40-49	0,9
50-59	0,7
60-69	0,6
70 e +	0,5

FONTE: PNAD - 4º Trimestre/73.

Isto se deve principalmente ao problema de adaptação da força de trabalho mais jovem, ainda em processo de formação profissional e à procura de perspectivas para sua fixação no mercado de trabalho. (1)

Em relação ao subemprego, estudo recentemente concluído (2) mostrou que no período 1968-1973 ocorreu sensível queda do subemprego urbano (tabela IV), ao mesmo tempo em que notou-se pequeno acréscimo,

(1) Barbosa, Milton: "A influência da idade no mercado de trabalho". BOLE
TIM ECONÔMICO nº 4-5/75. IPEA, Brasília, 1975, páginas 15 a 17.

(2) Morley, Samuel A. - "Changes in employment and the distribution of
income during the Brazilian miracle technical". Report 23, FNUD, 1976.

nesse mesmo período, do desemprego aberto.⁽³⁾

TABELA IV

TAXAS DE SUBEMPREGO E DESEMPREGO-SETOR URBANO

(1968-1973)

REGIÕES	SUBEMPREGO		DESEMPREGO	
	1968	1973	1969	1973
I - GB, RJ	2,6	4,1	2,6	4,4
II - SP	4,2	2,8	2,4	2,8
III - PR, SC, RS	7,4	4,9	3,8	2,7
IV - MG, ES	7,0	6,3	4,8	4,3
V - NE	12,1	8,8	4,4	4,6
TOTAL	6,9	5,2	3,5	3,7

Tem-se então que o crescimento rápido da economia foi capaz de absorver, além dos novos entrantes na força de trabalho, mão-de-obra parcialmente empregada. Entretanto, esse mesmo processo provocou um aumento na probabilidade da não absorção dos menos qualificados, e tal como visto anteriormente o desemprego incide principalmente entre os jovens.

Considere-se, ainda, que a política de geração de emprego deveria ter como objetivo a qualidade destes empregos, pois no período de maior expansão do produto a percentagem da força de trabalho re

(3) Não se considera o comportamento da força de trabalho com menos de 20 anos.

cebendo menos do que um salário-mínimo, no Brasil, diminuiu de apenas 4% (tabela V).

TABELA V
PERCENTAGEM DE PESSOAS RECEBENDO MENOS DO QUE
UM SALÁRIO-MÍNIMO,⁽⁴⁾ POR REGIÃO
1968-1973

REGIÕES	1968	1973
I - GB, RJ	.249	.275
II - SP	.395	.310
III - PR, SC, RS	.649	.600
IV - MG, ES	.672	.617
V - NE	.797	.785
TOTAL	.587	.542

FONTE: Morley, Samuel A. - op. cit.

3. ESTRUTURA E MOBILIDADE OCUPACIONAIS

A estrutura ocupacional, na última década, não sofreu alterações substanciais em sua composição relativa. Como se vê na tabela - VI, apenas as ocupações vinculadas à produção agrícola — vegetal e animal — apresentam uma grande redução. A expansão do sistema educacio

(4) Considerou-se o nível do salário-mínimo vigente no antigo estado da Guanabara

nal, ocorrido durante a década de 60, e a dinamização das atividades econômicas deram maior destaque às ocupações técnicas, científicas, de direção e administração. Surpreende o fato de que as ocupações da indústria não apresentaram nenhuma alteração quanto à composição relativa, no global, tendo ocorrido aumento substancial⁽⁵⁾ nas ocupações da construção civil (74%), eletricidade (86%) e gráficas (46%), ao lado de uma diminuição considerável naquelas relacionadas a algumas indústrias tradicionais⁽⁶⁾ e à metalurgia.

Quanto à prestação de serviços, ressaltam-se as ocupações relativas a serviços domésticos remunerados, que mostraram acréscimo de 86%, demonstrando que a mão-de-obra feminina ainda encontra grandes dificuldades em se engajar em empregos do mercado de trabalho formal. Maiores inferências sobre as ocupações do setor serviços estariam prejudicadas, porque os dados são superestimados face à inclusão de ocupações não classificadas, mal definidas ou não declaradas.

Apesar da intensa geração de empregos ocorrida no período, constata-se que a pirâmide social brasileira, em 1970, continuava a apresentar base extremamente larga. Em trabalho realizado por Silva⁽⁷⁾, em que 253 ocupações foram hierarquizadas segundo níveis de renda e de instrução, verifica-se que o estrato inferior congrega 72,84% das ocupações, em contraposição à elite (industriais, administradores de bancos, companhias de seguros, profissionais e técnicos de nível superior) que constitui apenas 1,40%. A classe mais baixa inclui ocupações como trabalhadores do setor primário, servente de pedreiro, braçais, trabalhadores da indústria têxtil, de couro, vestuário, construção civil etc.

(5) Compatibilização de dados dos censos de 1960 e 1970 do FIBGE.

(6) Têxtil, couro, vestuário.

(7) Silva, N.V. - "Posição Social das Ocupações". FIBGE, 1973.

TABELA VI
 ESTRUTURA OCUPACIONAL NO BRASIL
 (1960-1970)

Ocupações	60	%	70	%	%
1. Direção e administração	1.852,8	0,08	2.997,0	0,10	0,61
2. Técnicas e científicas	702,4	0,03	1.353,1	0,048	0,92
3. Produção agrícola e extrativa (vegetal e animal)	11.886,1	0,52	12.871,8	0,435	0,08
4. Produção extrativa mineral	79,6	0,003	105,6	0,003	0,32
5. Produção manufatureira e construção civil	3.312,2	0,15	4.426,1	0,15	0,33
6. Comércio e atividades auxiliares.	855,6	0,04	1.372,1	0,046	0,60
7. Transportes e comunicações	922,7	0,047	1.157,6	0,040	0,25
8. Prestação de serviços (8)	3.039,5	0,13	5.273,6	0,178	0,75
TOTAL	22.651,2	1,00	29.557,2	1,00	0,30

FONTE: Censos FIBGE 1960 e 1970.

(8) - Inclui outras ocupações não classificadas, mal definidas ou não classificadas.

O estrato inferior engloba administradores e pequenos proprietários do setor primário, empregados de escritórios, professores primários, mestre de obras etc., e a classe média superior é composta por proprietários rurais, administradores do serviço público, assistentes sociais, tabeliões, médios proprietários do setor primário, professores secundários etc. (tabela VII).

Estes estratos refletem nível de renda, grau de instrução e prestígio social diferenciados, correspondendo aos padrões de vida dos seus integrantes. Nota-se que a expansão do sistema educacional ainda não conseguiu modificar a pirâmide social, pois este tipo de política, se eficaz, somente será sentido nesta década.

TABELA VII

PIRÂMIDE SOCIAL (9)

Estratos Ocupacionais	Pessoas Ocupadas	%
I - Elite	396 720	1,46
II - Médio superior	1 200 063	4,42
III - Médio inferior	5 779 681	21,28
IV - Baixo	19 789 255	72,84
TOTAL	27 165 719	100,00

FONTE: Silva, N.V., obra citada

(9) Da tabela Posições sociais das ocupações, do referido estudo, obtiveram-se os estratos a partir da seguinte classificação:

Elite: 40 < IS
Médio Superior: 20 < IS < 40
Médio Inferior: 10 < IS < 20
Baixo: IS < 10